

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Atleta de São Paulo

Class.: 88

Data: 28 de fevereiro de 1985

Pg.: _____

190 A disputa de cargos e o interesse público

EUNICE RIBEIRO DURHAM

A verdadeira guerra fria que está sendo travada em torno da formação do Ministério começa rapidamente a extravasar para o segundo e terceiro escalões. A pressão de grupos políticos ávidos de cargos parece estar deixando um espaço muito pequeno para satisfazer um outro tipo de demanda: aquela que caracteriza os setores politizados da sociedade civil, organizados em movimentos sociais, voltados para a reivindicação de soluções concretas para problemas sociais cruciais.

Sabemos todos que, nos últimos anos, a emergência de movimentos sociais de cunho apartidário ou suprapartidário abriu um espaço político novo, expressando uma transformação profunda da própria sociedade brasileira. O que caracteriza esses movimentos não é uma disputa por cargos ou posições na máquina estatal, mas uma outra dupla exigência: a de uma política capaz de resolver os problemas concretos vividos pela população e a de serem efetivamente ouvidos na formulação dessa política. São movimentos de democratização da sociedade por inteiro e, sem eles, a democratização do regime não teria ocorrido.

Na perspectiva dos movimentos sociais é relativamente secundário determinar quem ocupa os cargos políticos e isso explica sua ausência na disputa que ora se trava em torno de nomes para os altos escalões do próximo governo. Mas convém não esquecer que, se não reivindicam nomes, certamente esperam que os escolhidos estejam minimamente identificados com uma nova forma de fazer política. Desejam o rompimento com os velhos modelos, essa mistura de autoritarismo, clientelismo e fisiologismo que, sabemos, será incapaz de enfrentar a grave crise que sufoca o País.

Não se vê muito desse novo espírito na luta que se trava pela composição do próximo governo. É hora, portanto, de começarmos a exigir uma postura mais sensível às expectativas populares na elaboração da política de transição para uma nova República.

Um lugar onde certamente cabe exigir uma orientação política mais aberta, inovadora e criativa é aquele que diz respeito às populações indígenas. Apesar de todos os esforços que foram feitos no passado no sentido de eliminar o problema indígena acabando com os índios, a vitalidade dessas populações é surpreendente: insistem em sobreviver e, mais que isso, em marcar cada vez mais intensamente sua presença incômoda no cenário nacional, lutando com unhas e dentes, flechas e bordunas, na defesa de seu direito de existir. Por isso mesmo, constituem, de certo modo, o exemplo e o símbolo da resistência de todos os despossuídos e oprimidos contra a espoliação secular da qual têm sido vítimas.

O problema do indígena é antigo, como é velha sua resistência desesperada. O que é novo é a força do movimento em sua defesa, que transcende as fronteiras nacionais e é capaz tanto de pressionar o Banco Mundial como de sensibilizar toda a imprensa estrangeira. Novo também, e admirável, é a emergência dos próprios índios no cenário nacional como sujeitos políticos atuantes.

Em que pese o esforço bem intencionado de indigenistas dedicados e sinceros, a Funai, como instituição,

está falida há muito tempo, tendo se revelado incapaz de fazer frente a essa nova realidade.

A questão indígena talvez seja o exemplo mais claro de que será impossível resolver os velhos problemas com os mesmos velhos métodos, as mesmas velhas pessoas, dentro das mesmas instituições. A Funai sofre de todos os vícios que marcaram o regime autoritário, especialmente aqueles que decorrem da excessiva concentração de poder na figura do presidente. O centralismo burocrático é uma praga deformante que destrói a vitalidade das instituições promovendo o autoritarismo, o arbítrio irresponsável, o tráfico de influências e a corrupção. Aliás, a transformação da Funai, por longos anos, em feudo de militares

aposentados agravou todos esses vícios e contribuiu decisivamente para sua desmoralização. A Funai está de tal forma carcomida que a melhor solução seria sua substituição por um novo órgão, no qual o que existe de bom no velho pudesse ser aproveitado dentro de um novo esquema.

Uma reformulação desse tipo não é tarefa para um novo presidente, aquinhoado com o cargo como recompensa (se recompensa é) por ter ajudado a eleger quem vai governar. Nem pode ser realizada de dentro da própria instituição, com sua carga de interesses investidos e de práticas obsoletas consolidadas. Cabe neste momento pensar seriamente na substituição de uma comissão subordinada diretamente ao presidente da

República para elaborar uma proposta de renovação.

Comissões deste tipo não podem ser diretamente representativas, uma vez que não possuem mandato eletivo. Mas devem incorporar pessoas articuladas com os diversos setores e tendências ligados ao problema indígena, de forma a funcionar como instrumento aglutinador de sugestões e propostas de grupos diversos, na formulação de um plano de ação coerente e viável.

A escolha de um novo presidente para a Funai deve estar subordinada a um compromisso deste tipo. Não podemos nos contentar com menos.

EUNICE RIBEIRO DURHAM é professora titular de Antropologia na Universidade de São Paulo.